



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

4642

Presidente da Mesa Diretora: Ivan José Lopes

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Imóveis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 18/09/1997

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 72/97. Faz desafetação de terreno de sua característica, autoriza sua transferência ao patrimônio disponível do município e faz doação à Casa da Juventude São Luiz Gonzaga. (Terreno de 2.422,20 m², localizado no bairro Monte Carmelo). (Referente à Lei nº 2.522, de 08/10/1997).

Controle Interno – Caixa: 12.2

Posição: 15

Número de folhas: 17

Especie: PL
Categoria: Imóveis
U: 12.2
Ordem: 15
nº fls: 15



Câmara Municipal de Montes Claros

PROTOCOLO DE ORIGEM	ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA:
Nº _____	ASSESSOR:
DATA ____/____/____	PROJETO:
	NÚMERO:

PROJETO DE LEI Nº

72/97

AUTOR: Prefeito Municipal, Dr. Jairo Ataide

ASSUNTO:

Fazendo desafetação de terreno e autorizando sua

doação à Casa da Juventude São Luiz Gonzaga, localizada
do no Bairro Carmelo, nesta cidade.

MOVIMENTO

1 Recebido em 18.09.97

2 À Com. de Leg. e Justiça

3 Aprovado em sessão de 30.09.97

4 A sanção -

5 Expediente -

6

7

8

9

10

Caixa

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

Av. Cula Mangabeira, 211 CEP 39.401-002 Montes Claros - MG

Em 01 de setembro de 1997.

Ofício nº : CJ/131/ 97

Assunto : Encaminha Projeto de Lei

Serviço : Consultoria Jurídica

Senhor Presidente,

Temos a honra de submeter a V. Exa. o presente Projeto de Lei, que tem por finalidade , após exame e aprovação dessa Casa , doar uma área de terreno, medindo 2.422,20 metros quadrados, para a entidade assistencial "Casa da juventude São Luiz Gonzaga".

Como é de sabença natural de V. Exa. e dos seus Ilustres pares, os trabalhos desenvolvidos pela "Casa da Juventude São Luiz Gonzaga" nesta cidade, são inúmeros, sendo todos eles, voltados especialmente para os adolescentes que se encontrem carentes e desamparados.

À frente dessa instituição filantrópica se encontra o dinâmico e altruísta Pe. Henrique Munóiz, figura religiosa das mais respeitadas e conceituadas, dentre outros motivos, por esse denodo e devotamento à causa dos nossos jovens. A "Casa da Juventude São Luiz Gonzaga", é uma entidade, sem fins lucrativos, voltada à assistência social dos adolescentes, tendo por base precípua ,congregá-los em ambiente de lazer, de profissionalização, de formação moral e cívica. Enfim, essa entidade, desde 1972, quando fundada, vem realizando um trabalho de extrema relevância para todos nós, amparando, continuamente, jovens marginalizados, evitando assim, de todas as formas, a queda definitiva dos mesmos na criminalidade, na prostituição e na corrupção das drogas. Sendo este um trabalho que como bem sabem V. Exas., o Poder Público sozinho, infelizmente, jamais teria condições de realizá-lo satisfatoriamente.

Por isso, V. Exa. e os Senhores Vereadores dessa Casa Legislativa, hão de convir que a proposta de doação de uma área de terreno a essa entidade, é de grande importância, visto que, com a



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

Av. Cula Mangabeira, 211 CEP 39.401-002 Montes Claros - MG

construção de sua sede própria, nela serão edificadas áreas de lazer, quais sejam, quadra poliesportiva, campo de futebol, hortas comunitárias, além da construção da sede com biblioteca, secretaria, sala de vídeo, reuniões, dormitórios, etc., tudo isso visando o atendimento prioritário, em nível sadio, de todos aqueles adolescentes que realmente necessitam de um aprendizado, de uma vida decente e digna e de uma família, assim podemos dizer, haja vista, serem muitos oriundos da rua, sem pai, sem mãe, sem família.

Por isso, Senhor Presidente, confiamos na sensibilidade dos Senhores Vereadores componentes desse Legislativo, que, certamente, saberão compreender a grandeza desta proposta de lei, solidarizando-se com o Poder Executivo na sua inteira aprovação.

Externamos, por isso, mais uma vez, a V. Exa. e aos Ilustres Vereadores, representantes legítimos do Povo, os nossos sinceros protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente,


JAIRO ATAÍDE VIEIRA
Prefeito Municipal



Exmº Sr.

Dr. Ivan José Lopes

MD. Presidente da Câmara Municipal

N E S T A

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

Av. Cula Mangabeira, 211 CEP 39.401-002 Montes Claros - MG

**PROJETO DE LEI Nº _____, DE 01
DE SETEMBRO DE 1997.**

Desafeta de sua característica de bem de uso comum do povo, autoriza sua transferência ao patrimônio disponível do Município, faz doação e dá outras providências

A Câmara Municipal de Montes Claros - MG. aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica desafetada de sua destinação de uso comum do povo, parte de uma área de terreno de uso institucional, localizada à Rua Lagoa Imboacica e à Rua da Capivara, no Bairro Carmelo, nesta cidade, contendo os seguintes limites e confrontações: "Partindo do alinhamento das Ruas Lagoa Iboacica e Lagoa da Juparanã, segue pelo alinhamento da Rua Lagoa Juparanã, rumo Suldoeste, a uma distância de 52,00m ., até a divisa que limita com a propriedade do Espólio do Sr. Levi Durães Peres; deste, deflete à direita e segue a uma distância de 43,50 m; deflete à direita e segue a uma distância de 69,11 m; deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua Lagoa Imboacica a uma distância de 40,00 m., até o início da descrição."

Parágrafo Único - O imóvel de que trata este artigo, assim desafetado de sua característica de bem de uso comum do povo, passa a integrar o patrimônio disponível do Município.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à "Casa da Juventude São Luiz Gonzaga", a área de terreno referida no artigo anterior, na qual será construída a sua sede.

Art. 3º - O prazo de reversão automática ao Patrimônio do Município, em caso do não cumprimento da finalidade referida no artigo 2º desta Lei, é de 02(dois) anos, a contar da data de assinatura da escritura pública de doação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - MG

Av. Cula Mangabeira, 211 CEP 39.401-002 Montes Claros - MG

Art. 4º - Fica a “Casa da Juventude São Luiz Gonzaga”, obrigada a lavrar a escritura do imóvel ora doado, no prazo de 03(três) meses, contados da publicação desta Lei.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros, 01 de setembro de 1997.


JAIRO ATAÍDE VIEIRA
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Legislação
de Justiça
EM 10 DE Março DE 1977
[Signature]
PRESIDENTE

Projeto legal / constitucional.

A. Silveira

por [Signature] [Signature] [Signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM ____ DISCUSSÃO POR ____
EM ____ DE ____ DE 19 ____
[Signature]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À SANÇÃO
EM ____ DE ____ DE 19 ____
[Signature]
PRESIDENTE

MEMORIAL DESCRITIVO

IDENTIFICAÇÃO : Parte de uma área de uso institucional localizada à Rua Lagoa Imboacica e a Rua Lagoa da Capivara no Bairro Monte Carmelo no Município de Montes Claros - MG.

AREA : 2.422,20 M2.

PROPRIETARIO : Prefeitura Municipal de Montes Claros


FINALIDADE : Doação para a Casa de Juventude São Luiz Gonzaga.

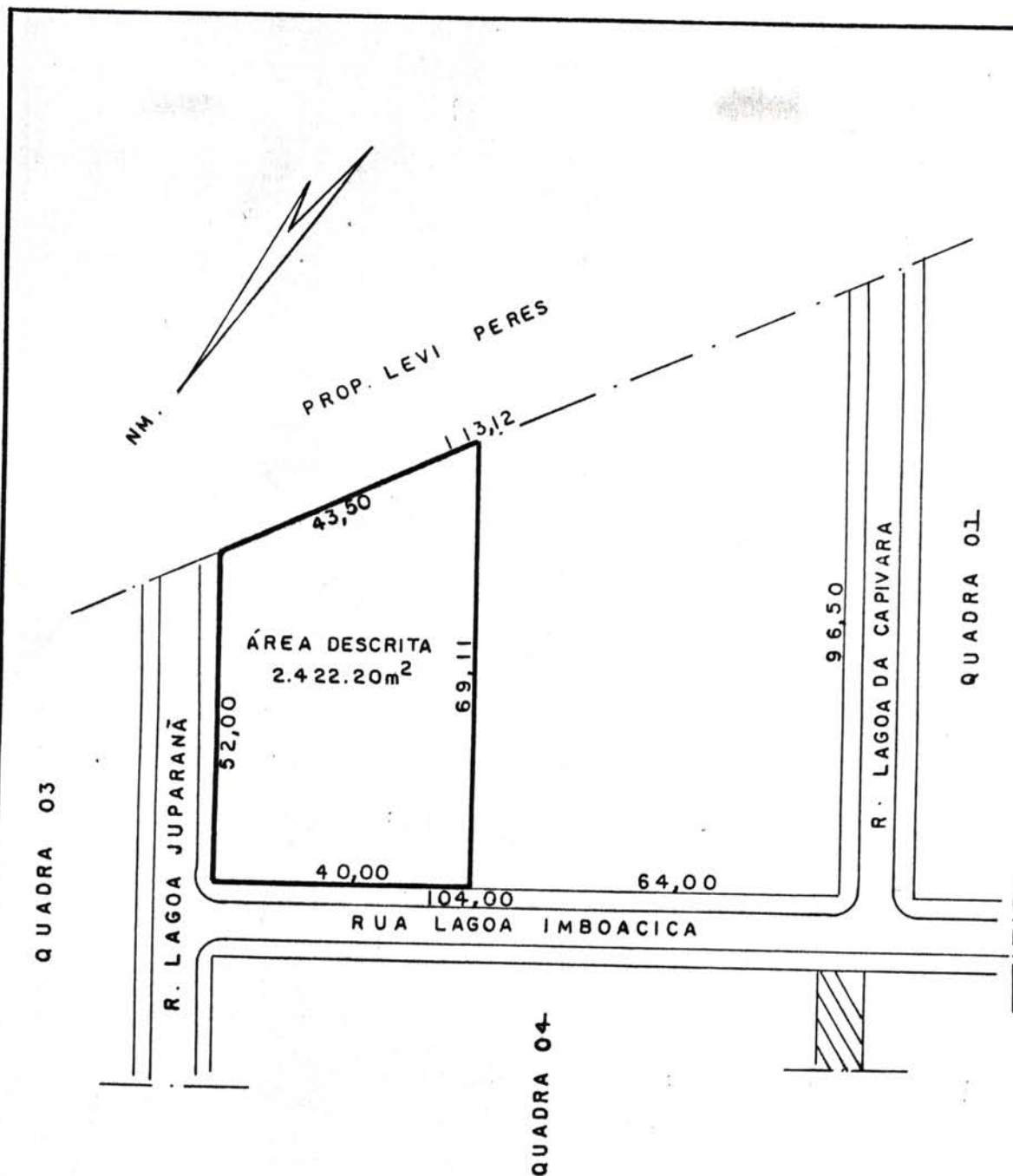
DESCRIÇÃO

Partindo do alinhamento das Ruas Lagoa Imboacica e Lagoa da Juparanã, segue pelo alinhamento da Rua Lagoa Juparanã, Rumo SULDOESTE a uma distância de 52,00m até a divisa que limita com a propriedade de Espólio do Sr. Levi D. Peres; deste, deflete à direita e segue a uma distância de 43,50m; deflete à direita e segue a uma distância de 69,11m; deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua Lagoa Imboacica a uma distância de 40,00m até o início da descrição.

Montes Claros, 25 de agosto de 1997.


João Henrique Ribeiro
CREA 6350/0 - Arquiteto


Gustavo Tomaz de Aquino Pires
Téc. Agrimensor - CREA 10535/TD



PREFEITURA DE MONTES CLAROS
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITO JAÍRO ATAÍDE
VICE ARLEN DE P. SANTIAGO

SECRETARIA DE PLANEJ. E COORDENAÇÃO

SECRETÁRIO: JOSÉ CORREA MACHADO
ADJUNTO JOÃO H. RIBEIRO

DIVISÃO DE ENGENHARIA E PROJETOS

CONTÉM: CROQUI DE TERRENO SITUADO
NO BAIRRO MONTE CARMELO, MONTES
CLAROS, DOAÇÃO DE ÁREA PARA A CASA DA -
JUVENTUDE SÃO LUIZ GONZAGA.
ÁREA 2.422.20m².

LEVANT.

GUSTAVO T. A. PIRES, TÉC. AGRIMENSOR, CREA 10.535/TO

DESENHO
GUILHERME

ESCALA
1/1.000

DATA
08/97



ESTATUTOS DA "CASA DA JUVENTUDE" LUIZ GONZAGA

CAPÍTULO I: Denominação, sede e foro

Art: 1º: A CASA DA JUVENTUDE é um órgão autônomo da Sociedade de Educação e Assistência Social, SEAS; tem sede e foro em Montes Claros, Estado de Minas Gerais, à rua Amazonas, 611. Bairro do Cintra, fundada em 23/8/77.

Art: 2º: Não tem prazo determinado para sua duração. Seus membros não respondem pelas obrigações assumidas em nome da sociedade. PARÁGRAFO ÚNICO: - Se-
dutores são, porém, solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados por má administração ou má utilização de bens.

CAPÍTULO II: Objeto da sociedade.

Art: 3º: A sociedade não tem fim lucrativo mas eminentemente promocional e assistencial e visa: a: Congregar todos jovens de M. Claros em ambiente sadio e decoroso onde possam passar suas horas de lazer; b: Promovê-lo sob todos os aspectos, oferecendo-lhes cursos de capacitação profissionalizadora, e formação cívica, social, técnica, moral e cultural, de habilitação, etc.; c: Organizar e manter uma boa biblioteca que deverá ter regimento próprio; d: despertar, cultivar, facilitar e estimular nos jovens os altos valores morais e as práticas de esporte; e: Promover reuniões e reuniões recreativas, esportivas, artísticas, sociais, culturais; f: Apoiar o conhecimento dos valores humanos e patrióticos e incentivar a prática dos bons costumes e do espírito comunitário; g: Promover o intercâmbio com organizações similares da cidade, do Estado ou do País.

CAPÍTULO III: do sócio e suas obrigações.

Art: 4º: Poderá ser membro da CASA DA JUVENTUDE todo o jovem de Montes Claros, sem limites de idade ou sexo e sem qualquer preconceito de cor, religião, posição social



CASA DA JUVENTUDE
SOLUIZ GONZAGA

ou grau de cultura.

ART: 5º: A CASA DA JUVENTUDE terá três categorias de sócios: A: EFETIVOS - I São sócio efetivos todos os que têm participado da assembleia que aprovou os estatutos desta casa da juventude e aqueles que, posteriormente, seja admitido pelos membros - geral para esta categoria II - As pessoas que a SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO e ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEAS, indicar para representá-la dentro da casa da Juventude. B: HONORÁRIO - Todos cidadãos que tenham contribuído com seu esforço pessoal para a grandezinha, pátria, para o bem comum ou para a segurança da família brasileira e que, indicado em assembleia que tenham sido reconhecido como tal pela maioria presente. C BENEMÉRITOS - Todos cidadãos que, de uma forma ou de outra tenham contribuído para o engrandecimento da casa da Juventude e ou que tenham facilitado muito de sua subsistência. Devem ser propostos em assembleia geral e admitido com isso pela maioria presente.

ART: 6º: Nenhum sócio Honorário ou Benemérito estará obrigado a contribuir com a sociedade para com a Casa da Juventude;

ART: 7º: Todos os membros da sociedade, qualquer que seja a sua categoria, podem usar licenças de todas as suas dependências, frequentar suas promoções, participar de reuniões ou assembleias, frequentar quaisquer cursos que a sociedade promova desde que respeitadas as regulamentações próprias para cada um deles.

ART: 8º: Todos os membros da Casa da Juventude, ao ingressarem em seus quadros sociais se obrigam a zelar pelo bem e pertencença da sociedade procurando desenvolver e aumentá-la; zelar pelo bom nome da sociedade; defender seus princípios e lutar pela consecução dos seus objetivos.



CAPÍTULO IV: da administração da sociedade.

ART. 9º - A Casa da Juventude São Luiz Gonzaga será administrada por uma diretoria executiva, por um Conselho Fiscal e pela assembleia geral. A diretoria executiva terá a seguinte composição:

- | | |
|-------------------------------|----------------------|
| I Presidente | II Vice Presidente |
| III Secretário | IV 2º Secretário |
| V Tesoureiro | VI 2º Tesoureiro |
| VII Bibliotecário | VIII. Diretor Social |
| IX Presidente Administrativo. | |



ART. 10º Os Diretores relacionados nos artigos de I a VI, serão eleitos em Assembleia Geral e o Diretor do inciso IX será nomeado pela Sociedade SEAS.



ART. 11º Os atos administrativos da diretoria executiva deverão ser aprovados, ao fim de cada mandato, por um Conselho Fiscal que terá a seguinte formação: Três membros efetivos e cinco membros suplentes.

ART. 12º: Cada diretoria executiva terá o mandato de dois anos e será eleita em Assembleia Geral a realizar-se em agosto de cada ano, devendo a sua posse ocorrer no primeiro quinquênio do mês subsequente. O representante da SEAS, isto é, presidente administrativo, será nomeado na mesma época.

ART. 13º: O Conselho Fiscal será eleito em maio de cada ano. Tomará posse em junho e terá mandato de um ano.

ART. 14º: Do Conselho Fiscal, fará parte obrigatoriamente, um representante da SEAS e um membro da comunidade estranho aos quadros sociais da Casa da Juventude.

Parágrafo único: O membro representante da comunidade poderá ser sócio honorário ou benfeitor.

ART. 15º: Nenhuma deliberação importante, especialmente que versar sobre problema financeiro, poderá ser tomada



CASA DE LAUDER
SACLUZ GONZAGA

Rua Amazonas, 611
MONTES CLAROS - MG

ou resolvida sem a presença de representante da SEAS que terá voto de qualidade nas reuniões da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal ou Assembleia Geral.

ART. 16º: A Diretoria Executiva reunir-se-á semanalmente em dia e horário fixado antecipadamente pelos eleitos, em caráter ordinário e, extraordinariamente, sempre que haja convocação feita pelo Presidente, pelo Assessor Administrativo ou por três diretores.

ART. 17º: O Conselho Fiscal reunir-se-á trimestralmente, e em caráter ordinário, devendo uma destas reuniões ser imediatamente após a apresentação de contas anual da Diretoria Executiva, para sua aprovação e, extraordinariamente, sempre que algum fato relevante justifique sua convocação que poderá ser feita por qualquer membro.

ART. 18º: A Assembleia Geral é o órgão soberano da Sociedade e reunir-se-á em caráter ordinário, duas vezes cada ano e, especialmente, para eleição da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, mas, por, ou para o efeito de assunto que ultrapasse as atribuições da Diretoria.

Parágrafo único: Nenhuma resolução da Assembleia Geral terá validade se tomada sem a presença do representante da SEAS.



CAPÍTULO V: Das atribuições dos Diretores.

ART. 19º: Compete ao Presidente: a) Administrar a sociedade; b) Representá-la quando se fizer necessário; c) Convocar e dirigir as reuniões; d) Assinar as correspondências da sociedade.

ART. 20º: Compete ao Vice-Presidente: a) Auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições; b) Substituir o Presidente em seus impedimentos ou faltas eventuais.

ART. 21º: Compete ao Secretário: a) Secretariar as sessões



da Sociedade e fazer delas atas consubstanciadas; b) Preparar as correspondências da Sociedade e manter em dia o e-
quívoco; c) Preparar, juntamente com o Presidente, o relatório
anual para o Conselho Fiscal.

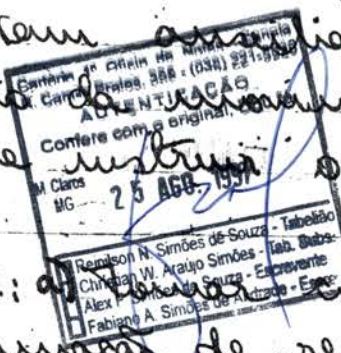
ART. 22º: Compete ao 2º Secretário: a) Auxiliar o 1º no
cumprimento de suas atribuições; b) Substituir o 1º Se-
cretário em suas faltas ou impedimentos eventuais.

ART. 23º: Compete ao Tesoureiro: a) Manter sob sua guarda
os valores e livros contábeis da Sociedade; b) Controlar
administrar o seu patrimônio; c) Movimentar a co-
rrente bancária da Sociedade em conjunto com
Assistente Administrativo; d) Preparar, juntamente com
Presidente, a prestação de contas anual que deverá
trair o relatório para o Conselho Fiscal.

ART. 24º: Compete ao 2º Tesoureiro: a) Auxiliar o 1º Te-
soureiro em suas atribuições; b) Substituir o 1º Tesou-
reiro em seus impedimentos ou faltas eventuais.

ART. 25º: Compete ao Bibliotecário: a) Manter relação d
livros existentes na biblioteca, atualizando-a, sempre
necessário; b) Zelar pelos livros, revistas e jornais da bi-
blioteca; c) Preparar e dirigir as campanhas que visam a enri-
quecer a biblioteca; d) Controlar a retirada dos livros por
parte dos membros; e) Zelar pelo silêncio e pela ordem na
sala destinada à biblioteca; f) Estimular a procura de
livros, especialmente os que possam auxiliar na for-
mação dos jovens; g) Preparar relatório de movimentações d
livros, revistas e jornais a fim de instruir o relatório
da Diretoria Executiva.

ART. 26º: Compete ao Diretor Social: a) Auxiliar o Presidente
b) Auxiliar ao Presidente na programação de reuniões soci-
culturais, artísticas, esportivas e cursos de formação qu
visem o cumprimento dos objetivos da Sociedade; c) Man-
ter a boa ordem e zelar pelo respeito mútuo dentro do de





CASA DA JUVENTUDE
S. LUIZ GONZAGA

Rua Amazonas, 611
CENTRO CLAROS - MG

perdências da sociedade; d) Dirigir uma comissão de sindicância, composta de três membros efetivos; e) Preparar relatórios e prestações da sociedade durante o ano a fim de instruir o relatório anual que a Diretoria Executiva deverá fornecer ao Conselho Fiscal.

Parágrafo único: A comissão de sindicância, formada pela Diretoria Executiva, deverá controlar a admissão de novos sócios, bem como examinará, antes de submeter à apreciação da Assembleia geral, as indicações de sócios honorários e em Beneficência.

ART. 27º: Compete ao Assistente Administrativo: a) Orientar a Diretoria Executiva na administração da Casa da Juventude; b) Ingerir medidas administrativas; c) Representar os interesses da SEAS junto à Casa da Juventude; convocar reuniões e assembleias; auxiliar no preparo do relatório anual; dar o seu voto decisivo em assuntos de relevante interesse.



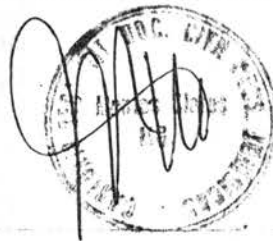
CAPÍTULO VI: Do patrimônio.

ART. 28º: Os sócios efetivos estarão obrigados a contribuir com uma mensalidade mensal a ser determinada anualmente pela Diretoria Executiva, e nunca superior a 2% do salário mínimo regional.

ART. 29º: Será patrimônio da Casa da Juventude o produto de campanhas, arrecadações, doações, dotações e verbas oferecidas ou destinadas a ela por particulares, outras associações, órgãos ou departamentos municipais, estaduais, nacionais e estrangeiros.

ART. 30º: Também serão considerados patrimônios da Casa da Juventude todos os bens móveis ou imóveis que adquirir ou que receba por doação.

Parágrafo único: Os benfeitorias e melhoramentos que a Casa da Juventude faça no imóvel onde mantém



sua rede passará a fazer parte do mesmo.

ART. 31º: Far-se-á contabilização rigorosa de todas as entradas e saídas de dinheiro, cujos livros estarão sob responsabilidade direta do Tesoureiro.

ART. 32º: Manter-se-á conta corrente em uma bancária da confiança do Presidente e seu Assistente Administrativo.

CAPÍTULO VII: Das disposições finais.

ART. 33º: Qualquer modificação nos presentes estatutos só poderá ser feita em Assembleia geral, com a aprovação de maioria absoluta em primeira convocação (dois terços) por maioria simples em segunda convocação (metade mais um dos presentes).

Parágrafo único: A primeira convocação será feita em conjunto com a segunda convocação e poderá ser para meia hora após a primeira, qualquer número.

ART. 34º: Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva, se se tratarem de meros assuntos administrativos e pela Assembleia geral se versarem sobre problema monetário ou que se relacione com as propriedades da Casa da Juventude.

ART. 35º: Em caso de dissolução da Casa da Juventude, todos os seus bens móveis e imóveis passarão à posse imediata da Sociedade de Educação e Assistência Social - SEAS.

Parágrafo único: A dissolução da sociedade só ocorrerá, não havendo em seu quadro social membros efetivos em número suficiente para preencher os cargos da Diretoria Executiva constantes do art. 9º, incisos I a V e em nos casos previstos em lei.

ART. 36º: Ficam ratificados e revalidados todos os atos praticados desde a fundação da Casa da Juventude São Luiz Gonzaga.



* ART. 31º: Os presentes estatutos entram em vigor a partir de aprovação em Assembleia especialmente convocada para se fim.

*
(aa) Montes Claros, aos 19 de agosto de 1972

Pedro Henrique Muniz
Hélio José Pereira

MANOEL RODRIGUES SOARES

José Marcos Guimarães

SÉRVULO ANDRADE SILVA

Agostinho dos Santos Pereira

Luiz Carlos Veriato

José M. Prudêncio

Alberto da Silva Dias

EXPEDITO PEREIRA SOARES

João Batista Fernandes da Silva

Elso dos Passos Silva

MAURÍCIO JOSÉ ANTUNES

Vicente Zilio

Edmar de Paula Silva

Luís Carlos Melo

Mário Alves Machado

CASA DA JUVENTUDE
SÃO LUIZ GONZAGA

Rua Amazonas, 611
MONTES CLAROS - MG



Senhor Contribuinte,


Estamos fazendo a entrega do Cartão CGC de seu estabelecimento.

Confira os dados do Cartão e, se houver divergência, procure o Órgão da Secretaria da Receita Federal que o jurisdiciona para as alterações necessárias.

Caso a sua atividade CNAE saia com **.*, solicitamos o seu comparecimento ao órgão da Secretaria da Receita Federal de sua jurisdição, a fim de que V.Sa. atualize o código de atividade econômica principal, conforme CNAE/95, munido do cartão CGC atual e FCPJ (Ficha Cadastral da Pessoa Jurídica) devidamente preenchida.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

00159150

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA E DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO		CGC		NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.358.312/0001-41	
NATUREZA JURÍDICA 16 - ASSOCIACAO		ATIV. CNAE ****		VÁLIDO ATÉ 30/06/1998	
CPF DO RESPONSÁVEL 266.094.106 - 82		ÓRGÃO DA SRF (0610800) - MONTES CLAROS			
NOME EMPRESARIAL (FIRMA, RAZÃO SOCIAL OU DENOMINAÇÃO COMERCIAL) CASA DA JUVENTUDE SAO LUIZ GONZAGA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)					
LOGRADOURO R AMAZONAS		NÚMERO 611		COMPLEMENTO	
CEP 39400-000	BAIRRO/DISTRITO CINTRA	MUNICÍPIO MONTES CLAROS			UF MG
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES Apresentação obrigatória quando o número de inscrição for informado.					
M970520					

